

DA CORRIDA ATÔMICA À COOPERAÇÃO: A QUESTÃO NUCLEAR NAS RELAÇÕES BRASIL- ARGENTINA

From atomic race to cooperation: the nuclear issue in Brazil and Argentina relationship

Jonas Teixeira Marinho¹

Introdução

A relação bilateral Brasil-Argentina é, historicamente, orientada por momentos de sístole e de diástole. Desde antes dos processos de independência de ambos os países, há litígios e tensões na área de fronteira. Há, contudo, vários momentos de aproximação entre os dois Estados, como pode-se perceber pelo Encontro de Uruguiana², ocasião em que os presidentes Arturo Frondizi e Jânio Quadros firmaram uma série de acordos que visavam a promover a cooperação bilateral.

O conceito que orienta as relações entre os dois países até a década de 1960 é o de cordialidade oficial. Segundo Matias Spektor, o conceito foi desenvolvido para evitar conflitos entre as duas nações e consiste em 4 elementos, quais sejam:

"tolerância em relação ao perfil elevado da diplomacia argentina, busca de faixas de cooperação, inclusão da Argentina na atuação internacional brasileira e promoção de bons ofícios entre Buenos Aires e Washington" (SPEKTOR, 2002, p. 118).

No final da década de 1960 e início da década de 1970, a cordialidade oficial é rompida. Para tanto, confluem fatores de ordem econômica, política e geopolítica. Brasil e Argentina visam a inserir-se autonomamente no cenário internacional e percebem-se como rivais. No final da década de 1970, esse processo começa a modificar-se e ambos os países comprometem-se a um movimento cooperativo, que deságua na construção do Mercosul e do processo de integração, o que evidencia uma nova fase do relacionamento bilateral, caracterizado pela fraternidade oficial, conceito desenvolvido pelo autor, a ser explicitado no tópico 5.

¹ Pós-graduando em Direito e Relações Internacionais pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Email: jonasvader@gmail.com

² Encontro entre os presidentes Arturo Frondizi, da Argentina, e Jânio Quadros, do Brasil, na cidade gaúcha de Uruguiana. O encontro foi considerado marco positivo para a relação bilateral, devido ao ambiente favorável à superação de desconfianças recíprocas. Seu legado, contudo, foi provisório, devido à emergência das controvérsias acerca da construção de Itaipu.

Na análise da maioria dos estudiosos da relação bilateral, a resolução da controvérsia acerca do aproveitamento energético da Bacia do Prata foi o marco na mudança de percepção recíproca dos dois governos. Embora esse processo tenha relevância, não se deve ignorar que a cooperação nuclear também teve papel fundamental no desenvolvimento da integração, pois demonstrou maturidade política dos dois países e disposição para cooperar em um dos temas de segurança mais complexos do cenário internacional após a Segunda Guerra Mundial.

A metodologia utilizada no trabalho foi a análise de documentos, sobretudo tratados e acordos internacionais, e da bibliografia existente à luz da superação da cordialidade oficial e da emergência da fraternidade oficial. Ademais, realiza-se a transcrição de trechos documentais, com o fito de demonstrar a progressiva coincidência de posições dos dois países na seara nuclear na arena internacional, bem como a evolução da linguagem diplomática entre ambos.

Este artigo visa a analisar o desenvolvimento da questão nuclear, em um prisma histórico, no âmbito das sístoles e diástoles nas relações entre Brasil e Argentina. Para tanto, apresenta-se, na segunda seção, o contexto internacional do surgimento do regime de não proliferação. Prossegue-se com a descrição da evolução das políticas nucleares no Brasil e na Argentina no terceiro tópico. O quarto tópico é dedicado às tensões nucleares e à possibilidade de uma détente no Cone Sul. No tópico 5, procede-se à análise do processo de integração nuclear iniciado na década de 1980, por meio da fraternidade oficial, e que persiste na atualidade.

Aventa-se a hipótese de que a redução das desconfianças mútuas ocorre apenas quando os dois países iniciam sua cooperação nuclear, ocorrida em virtude da necessidade de evitar o agravamento da corrida armamentista no contexto da crise da dívida externa e da aproximação gerada pelo simultâneo processo de transição para a democracia. Essa cooperação é o gatilho fundamental para o estabelecimento de uma fraternidade oficial e para o processo de integração que deságua na formação do Mercosul.

A construção do regime internacional de não proliferação e seu impacto no Brasil e na Argentina

O fim da Segunda Guerra Mundial provoca sentimentos contraditórios na comunidade internacional. Por um lado, alívio com o fim do mais devastador conflito da História Mundial. Por outro, medo do poder do átomo. As explosões nucleares em Hiroshima e Nagasaki ilustram o impacto arrasador das bombas atômicas.

A União Soviética preocupa-se com o poderio atômico dos Estados Unidos e começa a desenvolver seu programa nuclear. A recusa dos norte-americanos ao Plano Gromyko de extinguir o arsenal nuclear existente no mundo gera atritos entre os dois poderes emergentes da Guerra (SARAIVA, 2008). Lentamente, o país comunista busca a construção da bomba atômica, o que ocorre em 1949. A década de 1950 caracteriza-se pela criação da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), com os objetivos de estimular o uso pacífico da energia nuclear e de evitar a aplicação do átomo para fins bélicos.

No final da década de 1960, a comunidade internacional progride nos esforços de estabelecimento de um regime para a questão nuclear. Temerosos de um cataclisma atômico que uma eventual guerra mundial provocaria, os países firmam um tratado multilateral para regular a produção e o uso de armas

nucleares. Iniciando a détente entre as superpotências da Guerra Fria, o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), de 1968, entra em vigor em 1970 (SARAIVA, 2008).

O tratado divide os países em duas categorias: os nuclearmente armados e os não nuclearmente armados. Aos últimos são impostas severas restrições quanto à utilização de tecnologia nuclear, enquanto os primeiros comprometem-se, em termos vagos, a progressivamente desmobilizarem seus arsenais atômicos. Para ser considerado nuclearmente armado³, um Estado deveria ter realizado testes nucleares ou fabricado arma nuclear até 1º de janeiro de 1967 (BRASIL, 1998).

O TNP é constituído por um preâmbulo e onze artigos. Para fins do presente trabalho, serão brevemente descritos os artigos mais importantes do tratado. O preâmbulo é concentrado em declarações de intenção, ressaltando a intenção de colocar termo à corrida armamentista nuclear, apoio às salvaguardas da AIEA e estímulo ao desarmamento nuclear. O artigo I proíbe aos Estados nuclearmente armados o fornecimento de armas ou explosivos nucleares aos Estados não nucleares. O artigo III dispõe que os sistemas de monitoramento do cumprimento das obrigações dos países não nucleares ficaria a cargo da AIEA. O artigo IV reconhece o direito de desenvolvimento e uso da energia nuclear para fins pacíficos a todas as partes. O controverso artigo VI, por sua vez, dispõe sobre a obrigação de, em breve prazo e de boa-fé, serem entabuladas negociações visando ao desarmamento nuclear geral e completo. O artigo VII admite o direito de conclusão de acordos regionais sobre desarmamento nuclear. O artigo X, por fim, estabelece a necessidade de uma conferência após 25 anos da entrada em vigor do tratado, ou seja, em 1995, para determinar se o tratado seria estendido por períodos determinados ou se seria prorrogado indefinidamente.

A conferência sobre a extensão do TNP foi realizada concomitantemente à V Conferência quinquenal de exame da implementação do tratado. Decidiu-se que o tratado seria prorrogado indefinidamente. Ademais, foi estabelecido sistema para acompanhar a implementação do tratado por meio de conferências preparatórias nos três anos anteriores a cada conferência quinquenal (DUARTE, 2014).

A diferença de obrigações entre os Estados nucleares e não nucleares provoca severas críticas dos países emergentes e de acadêmicos. Rebecca Johnson acredita que o tratado criou um paradoxo ao buscar evitar a proliferação, mas não prever medidas concretas em favor da desnuclearização (JOHNSON, 2010). Muitos governos revoltaram-se contra o paradigma normativo do acordo e não o assinaram, frustrando o objetivo principal do regime de não-proliferação. Entre eles, encontram-se o Brasil e a Argentina.

O governo brasileiro argumentava que o tratado consolidava a assimetria tecnológica e havia imposto duas condições para ser parte do acordo: medidas efetivas de desarmamento nuclear e possibilidade de acesso à tecnologia nuclear (CERVO; BUENO, 2012). Como a proposta brasileira não foi atendida, o país excluiu-se da órbita do instrumento global de controle de armas nucleares até 1998, quando o Brasil vinculou sua adesão ao entendimento de que seriam tomadas medidas concretas para a total eliminação das armas atômicas (DUARTE, 2014).

³São países nuclearmente armados: França, Estados Unidos, Rússia, China e Reino Unido.

A Argentina criticava severamente o tratado. Já na votação na Assembleia Geral da ONU, a diplomacia argentina absteve-se na discussão do projeto de tratado. O acordo estaria em dissonância com o princípio da igualdade jurídica dos Estados, teria sido redigido em termos vagos e não existia nenhuma cláusula pela qual os Estados detentores de armas nucleares comprometiam-se a não utilizá-las contra os não detentores (LEDESMA, 2007).

O teste nuclear indiano, em 1974, implica o recrudescimento das pressões internacionais para que países em desenvolvimento assinassem o TNP. As nações desenvolvidas ameaçavam recusar-se a cooperar em assuntos que envolvessem transferência de tecnologia nuclear. Ainda assim, Brasil e Argentina mantiveram-se firmes na posição de recusa ao tratado.

Após o ingresso dos dois países no regime de não proliferação, na década de 1990, os avanços propostos pelo TNP continuaram em ritmo lento. Na Conferência de Exame de 2000 foi adotado um conjunto prático de 13 passos para o desarmamento nuclear, que não foram seguidos devido, sobretudo, à prevalência do tema terrorismo na agenda internacional, que ofuscou muitas das outras discussões na área de segurança internacional. Tanto que, na Conferência de Exame de 2005, não houve sequer documento final. A Conferência de 2010 teve um pouco mais de êxito, ao conchamar uma Conferência sobre o fim das armas nucleares no Oriente Médio, que não se realizou devido às instabilidades na região geradas pelos conflitos sírio e iemenita. Na Conferência de 2015, não houve consenso para a adoção de um documento final substantivo (BRASIL, 2015).

Em 2016, ganhou relevância um movimento que busca a negociação de um tratado para a proibição de armas nucleares, pois o recente aumento das tensões entre países detentores de arsenais nucleares ameaça a paz e a segurança internacionais. A iniciativa tem como méritos a busca de uma norma não discriminatória e a promoção do diálogo e de consultas internas (CANÇADO TRINDADE, 2017). O projeto de tratado visa a deslegitimar as armas nucleares e a contribuir decisivamente para sua redução e eliminação. Foi aprovada, pela Assembleia Geral da ONU, em 2016, resolução para a convocação, em 2017, de uma Conferência para negociar um tratado de proibição de armas nucleares. A resolução teve decisiva participação e apoio do Brasil. O projeto é absolutamente necessário, no contexto atual de modernização dos arsenais nucleares pelos países nuclearmente armados (CANÇADO TRINDADE, 2017).

No âmbito da América Latina, o principal avanço em matéria nuclear é o Tratado de Tlatelolco, de 1967, que institui uma zona livre de armas nucleares na região. O tratado, portanto, é anterior ao artigo VII do TNP. A origem das negociações que levaram ao tratado encontra-se em resolução proposta na Assembleia Geral da ONU em 1962 e em uma declaração conjunta de presidentes de cinco países (Brasil, México, Bolívia, Chile e Equador), em 1963, em que se objetiva negociar um acordo multilateral na América Latina contrário ao desenvolvimento de armas nucleares. Parte do texto segue, *in verbis*:

“Anunciar desde ahora que sus gobiernos están dispuestos a firmar un acuerdo multilateral latinoamericano, por el cual los países se comprometerían a no fabricar, recibir, almacenar, ni ensayar armas nucleares o artefactos de lanzamiento nuclear.
 Dar a conocer la presente Declaración a los Jefes de Estados de las demás Repúblicas latinoamericanas haciendo votos por que sus gobiernos se adhieran a ella mediante el procedimiento que estime adecuado.

Coadyuvar entre sí y con las demás repúblicas latinoamericanas que se adhieran a la presente Declaración, a fin de que la América Latina sea reconocida lo más pronto posible como una zona desnuclearizada.” (ROBLES, 1987, online)

As negociações prosseguem e decide-se que o Tratado de Tlatelolco será fiscalizado por um órgão específico, o Organismo para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (OPANAL). A instituição é, ainda na atualidade, o único organismo regional no mundo dedicado apenas ao objetivo do desarmamento nuclear e à não-proliferação das armas nucleares (OPANAL, online). Atualmente, contudo, devido a uma emenda ao tratado, a fiscalização do instrumento convencional recai sobretudo à AIEA, embora em certos casos, caiba também ao Conselho do OPANAL.

O Tratado de Tlatelolco tem 32 artigos e dois protocolos adicionais. O artigo 1o do tratado estabelece a decisão dos Estados da zona de usar a energia nuclear apenas para fins pacíficos. O artigo 5o expõe uma definição de arma nuclear, o que reduz a insegurança jurídica. Nesse aspecto, é mais avançado do que o regime global de não proliferação, pois não há qualquer definição de armamento nuclear no TNP (DUARTE, 2014). O Protocolo I dispõe que os Estados fora da América Latina que tiverem território na região⁴ devem aplicar ao território as disposições do tratado. O Protocolo II, por sua vez, obriga os países nucleares a respeitarem o status desnuclearizado da zona, bem como não usar ou ameaçar usar armas nucleares contra países da América Latina.

Brasil e Argentina decidiram assinar o tratado, por entendê-lo compatível com seus interesses nacionais e com seus projetos nucleares. Ao contrário do TNP, o Tratado de Tlatelolco, em seu artigo 16, permite explosões nucleares para fins pacíficos e impõe menos restrições aos programas nucleares nacionais. O artigo 18 do ato convencional dispõe o seguinte:

“1. As Partes Contratantes poderão realizar explorações de dispositivos nucleares com fins pacíficos - inclusive explosões que pressuponham artefatos similares aos empregados em armamento nuclear - ou prestar a sua colaboração a terceiros com o mesmo fim, sempre que não violem as disposições do presente artigo e as demais do presente Tratado, especialmente as dos artigos 1 e 5.” (BRASIL, 1994)

Para Brasil e Argentina, portanto, o acordo seria menos prejudicial à soberania nacional. Ocorre que, embora tendo assinado o Tratado e concordado com a criação do OPANAL, ambos os países não ratificaram o instrumento até a década de 1990. A comunidade internacional, destarte, considerou que a busca de acordo foi um ato de boa-fé das duas nações, mas ficou com suspeitas acerca da finalidade dos programas nucleares desses dois países do Cone Sul.

Políticas nucleares no Brasil e na Argentina

Brasil

O Brasil inicia seu projeto nuclear na década de 1930, visando a promover o desenvolvimento nacional, em contexto de industrialização e urbanização. Os primeiros trabalhos investigatórios são

⁴Reino Unido, Holanda, Estados Unidos e França.

realizados em 1934 na Universidade de São Paulo (OLIVEIRA, 1998). Na década de 1950, seguindo a intensificação do paradigma desenvolvimentista, os estudos aprofundam-se com a criação de institutos de pesquisa e a promoção de acordos bilaterais com nações nucleares, notadamente com os Estados Unidos.

Álvaro Alberto lidera esse movimento ao propor a criação de um Conselho Nacional de Pesquisas, que teria entre seus objetivos a inserção do país em projetos de energia nuclear e a defesa de investimento público em energia atômica (RECKZIEGEL, 2011). No mesmo período, há a assinatura do Acordo Militar Brasil- EUA, inserido na conjuntura de Guerra Fria clássica e na doutrina de contenção do comunismo, pelo qual os estadunidenses comprometiam-se a comprar cério e monazita na quantia de 2.500 toneladas respectivamente a cada ano de vigência do acordo, previsto para durar três anos (RECKZIEGEL, 2011). A avença foi celebrada sem a devida contrapartida de exigências a respeito do processo de produção de energia nuclear, pois os americanos tinham leis internas que proibiam a difusão de seus conhecimentos nucleares a terceiros países.

No governo do presidente Café Filho (1954- 1955), destaca-se o Programa Conjunto de Reconhecimento dos Recursos de Urânio e do Acordo de Cooperação para Usos Cívicos de Energia Atômica, firmado em parceria com os Estados Unidos. O programa dá seguimento ao acordo de 1952, intensificando a cooperação. Ocorre que ele foi negociado secretamente, o que ensejou uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a questão nuclear em 1956 (BRICS Policy Center, online), já no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960).

No âmbito do governo de Kubitschek, cria-se a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e desenvolve-se a Política Nacional de Energia Nuclear (CNEN, online). Nos governos posteriores, as atividades nucleares restringem-se à pesquisa e à celebração de acordos bilaterais de cooperação. O golpe de 1964 não altera significativamente esse panorama, que será modificado apenas no governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974).

Em 1972, iniciam-se as obras de Angra I. Essa é a primeira usina brasileira e a segunda da América Latina⁵. O reator da usina foi adquirido da Westinghouse, empresa norte-americana. Inicialmente, a empresa concordou em fornecer urânio enriquecido para o funcionamento da usina, mas o governo dos Estados Unidos recuou dessa proposta em 1974 (BRICS Policy Center, online).

O grande salto no desenvolvimento nuclear brasileiro, contudo, ocorre no governo de Ernesto Geisel (1974-1979). Consciente da crescente importância do desenvolvimento nuclear na arena internacional, bem como da crescente necessidade energética do Brasil, e receoso de desenvolver uma dependência em relação aos Estados Unidos, Geisel promove o Acordo Nuclear com a Alemanha em 1975. Nos termos do acordo, o Programa Nuclear brasileiro seria pautado pela tecnologia de urânio enriquecido e água leve (OLIVEIRA, 1998). Ademais, em parceria com a Kraftwerk Union, estava prevista a construção de oito grandes reatores nucleares para a geração de eletricidade (COSTA, online). Um desses reatores foi utilizado na usina de Angra

⁵A primeira usina nuclear da América Latina é a de Atucha, na Argentina.

II. Ocorre que os resultados gerados pelo acordo não foram os esperados, porquanto apenas dois reatores nucleares foram construídos. Em 1976, adquire-se, também, reator para a usina de Angra III.

Os fracassos do programa nuclear civil levam ao surgimento de um programa militar paralelo, em 1979, que seria conduzido sob sigilo absoluto pelas Forças Armadas. No âmbito da militarização dos estudos atômicos, que ocorre no contexto de escalada das tensões na Guerra Fria e do fim da détente por causa da Guerra do Afeganistão e da Revolução Iraniana, surge o secreto Projeto Solimões. O objetivo primordial do projeto era desenvolver tecnologia nuclear para a produção da bomba atômica. Desejava-se testar o artefato em 1990. Apesar de a produção de armas nucleares ser para fins pacíficos, até a atualidade há desconfiças sobre o caráter bélico da iniciativa (DIMENSTEIN, online).

Ainda no governo de Ernesto Geisel, é lançado o programa de construção do submarino nuclear brasileiro (PROSUB). O submarino teria a finalidade de patrulhar a extensa costa brasileira, tornando-se um relevante instrumento de defesa nacional (MARTINS FILHO, 2011). A iniciativa permanece importante para a atual política nuclear brasileira, já que o equipamento ainda não foi construído.

No governo do general João Figueiredo (1979-1985), há mudança de perspectiva, e o programa nuclear assume um matiz mais desenvolvimentista e cooperativo com a Argentina. Mister ressaltar que, em 1982, descobrem-se as jazidas de Itatiaia, no Ceará, e de Lagoa Real, na Bahia, que tornam o Brasil a quinta maior reserva de urânio do mundo.

Com o fim do regime militar, o desenvolvimento atômico do Brasil torna-se mais transparente, e a cooperação com a Argentina intensifica-se. A Constituição de 1988 constitui-se em marco fundamental da mudança de diretriz brasileira, pois seu artigo 21, XXIII, prevê, *in verbis*:

“Art. 21. Compete à União:

(...)

XXIII - explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza e exercer monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados, atendidos os seguintes princípios e condições: a) toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional;” (BRASIL, 1988)

Na década de 1990, inicia-se a integração nuclear com a Argentina, que será explicitada no tópico 5. No século XXI, a questão nuclear continua a ser central para o Estado brasileiro, como pode-se observar da análise da estratégia nacional de defesa publicada em 2012. A diretriz 6 prevê expressamente que deve-se “Fortalecer três setores de importância estratégica: o espacial, o cibernético e o nuclear” (BRASIL, online).

Faz-se mister, agora, analisar o desenvolvimento histórico do país vizinho, para identificar os motivos para a transição entre a rivalidade ascendente e a cooperação iniciada na década de 1980.

Argentina

A política nuclear argentina começa a ser desenvolvida na década de 1940. Sua supervisão fica a cargo da Marinha, e o projeto era compreendido como de interesse nacional. Já no final dos anos 1950, o país consegue produzir tecnologia nuclear, estando na dianteira do processo na América Latina.

O início do processo, contudo, é conturbado. Juan Domingo Perón, presidente argentino eleito em 1946, decide investir pesadamente no desenvolvimento atômico argentino, tendo em vista as questões de segurança apresentadas após as detonações atômicas no Japão. Ocorre que os especialistas contratados não tinham muita experiência no campo nuclear. O Projeto Huemul, que tinha por objetivo desenvolver a fusão fria e produzir combustível nuclear para aviões, foi um fracasso retumbante. Richter, responsável pelo projeto, ignorava completamente todo tipo de rigorosidade teórica ou experimental (A.B. Jorge, online). O fracasso ficou conhecido como caso Richter e foi bastante problemático para Perón, por causa das vultosas somas empregadas.

Em 1950, ainda em virtude do projeto de Richter, foi criada a Comissão Nacional de Energia Atômica (CNEA). A comissão atribuiu cientificidade ao projeto nuclear argentino, pois contratou físicos renomados e buscou promover eventos formativos, em parceria com a UNESCO. O apoio argentino ao programa estadunidense Átomos para a Paz⁶ e o acordo de cooperação com os Estados Unidos para fornecimento de urânio enriquecido para reatores de investigação geraram o fortalecimento da CNEA (MENDOZA, 2005). A comissão é reformulada em 1955 e vincula-se diretamente ao Poder Executivo.

Ainda no mesmo ano, a Argentina assina o acordo que institui a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e aceita seu sistema de salvaguardas (IAEA, online). A agência, inicialmente, concentrou-se em cooperar para o desenvolvimento nuclear de Buenos Aires e da Patagônia (MENDOZA, 2005), regiões propícias à instalação de centrais nucleares. Além disso, enviou equipes e especialistas à Argentina.

Em 1958, a Argentina desenvolve seu primeiro reator nuclear, RA-1, um reator de investigação. A tecnologia é produzida no país, com base nos planos de um reator desenvolvido pouco tempo antes em Chicago.

Em 1960, estudo realizado nos Estados Unidos indica que a Argentina estaria entre os países com tecnologia suficiente para produzir a bomba atômica. O estudo conclui que, no curto prazo, esse cenário seria improvável, pela falta de cientistas capacitados e pelo desenvolvimento industrial limitado, mas, no longo prazo, o país platino poderia desenvolver armamentos nucleares.

A primeira usina nuclear argentina foi Atucha, adquirida em 1968 da Alemanha (OLIVEIRA, 1998). Foi também a primeira usina da América Latina. Utilizou urânio natural, pois o urânio enriquecido geraria dependência significativa dos Estados Unidos, único fornecedor desse material no período. A usina teria custo muito alto e utilizaria água pesada, mas permitiria maior autonomia no desenvolvimento nuclear argentino. Atucha I entra em operação em 1974, com água pesada importada dos Estados Unidos (MENDOZA, 2005).

Os golpes de Estado nos anos 1970 complicam um pouco o progresso atômico na Argentina. Os frequentes cortes orçamentários para o programa nuclear causaram certo prejuízo no desenvolvimento das pesquisas. O impacto negativo, contudo, foi limitado, devido à centralização do programa na CNEA e ao afastamento político dos membros da comissão (MENDOZA, 2005). Continuaram-se as pesquisas atômicas e objetivos do CNEA foram alcançados.

⁶Programa estabelecido pelo presidente dos Estados Unidos, Dwight Eisenhower, para estimular o desenvolvimento atômico para fins pacíficos.

Nos anos 1980, a política nuclear argentina torna-se mais aberta à fiscalização, abandonando qualquer intenção de produzir armamentos atômicos. Nos anos 1990, o país adere ao sistema internacional de não-proliferação, ratificando Tlatelolco e o TNP e participando de um inédito processo de integração com o programa nuclear brasileiro. Esse tema será melhor explicitado no tópico 5.

Corrida nuclear no Cone Sul: o fim da cordialidade oficial

As relações entre Brasil e Argentina, desde o final do século XIX, eram pautadas pela cordialidade oficial. O Barão do Rio Branco, chanceler brasileiro entre 1902 e 1912, consolida esse conceito (SARAIVA, 2013), por entender que o manejo das rivalidades entre os dois maiores países do subcontinente é fundamental para a paz.

A cordialidade oficial, contudo, não implica ausência de controvérsias. A tolerância em relação ao perfil elevado da diplomacia argentina é bastante relativa. O próprio Barão apoia a reestruturação da Marinha brasileira e estimula a compra de dreadnoughts para a frota naval do país. Esse fato gera desconfiças na Argentina (ALSINA JÚNIOR, 2015) acerca das intenções nacionais no fortalecimento do poder militar brasileiro. Temia-se que a corrida armamentista mundial viesse a replicar-se no Cone Sul. Felizmente, os desentendimentos foram manejados com maestria e evitaram-se acirramentos. Em décadas posteriores, o conceito seguiu orientando o relacionamento bilateral.

Na década de 1960, contudo, golpes militares no Brasil e na Argentina modificaram as percepções recíprocas, e os dois países começam a considerar-se rivais, devido ao desenvolvimento nuclear argentino e às percepções geopolíticas de ambas as nações. Não funcionavam mais os paradigmas da cordialidade oficial. Não havia tolerância em relação ao perfil elevado da diplomacia argentina, mas conflito. Os governos militares abandonaram a busca de faixas de cooperação, pois a segurança nacional tornou-se prioritária, e a Argentina voltava a ser percebida como ameaça. Abandonou-se a inclusão da Argentina na atuação internacional brasileira, tendo em vista que as políticas externas dos dois países caminharam em rumos distintos, com maior busca de autonomia pelo Brasil e as tentativas de melhorar as relações com os Estados Unidos, pela Argentina. A promoção de bons ofícios entre Buenos Aires e Washington também foi olvidada, já que não era do interesse nacional brasileiro o estímulo da cooperação entre seu rival e a potência hemisférica.

O advento das doutrinas de segurança nacional e a disputa ideológica da Guerra Fria tornam prioritário, para ambas as nações, o predomínio da geopolítica na análise da conjuntura internacional. Nesse escopo, a questão nuclear assume papel preponderante no aumento das tensões no Cone Sul.

O programa nuclear argentino teve um desenvolvimento mais rápido do que o brasileiro, que consistiu, em grande medida, em uma resposta aos progressos atômicos no país platino (DIAZ, 2006). A corrida armamentista não iria consistir na construção de navios, mas de armas nucleares. Estava em jogo a hegemonia na América do Sul.

Golbery do Couto e Silva, estudioso de geopolítica no Brasil, elaborou a estratégia brasileira para o subcontinente. Na obra *Geopolítica do Brasil*, utiliza o conceito ratzeliano de espaço vital⁷ para avaliar a disputa entre os Estados brasileiro e argentino pela hegemonia regional. O autor defende o conceito de destino manifesto⁸ brasileiro (DIAZ, 2006), afirmando uma natural hegemonia do Brasil na América do Sul devido a seu espaço no Atlântico Sul. A questão nuclear, portanto, assumiria posição fundamental para a manutenção da hegemonia brasileira. Salienta, contudo, que a contenção nuclear da Argentina só será possível se os dois países encontrarem uma solução cooperativa (DIAZ, 2006).

Na Argentina, o general Juan Enrique Guglielmelli desenvolveu uma teoria geopolítica própria e objetivou assegurar a independência e a autonomia argentinas, com foco em alguns setores, como o desenvolvimento nuclear. Mesmo dentro de uma perspectiva de defesa, considerava anacrônica a rivalidade com o Brasil (SOLDADOS DIGITAL, online) e acreditava que a cooperação seria benéfica para os dois países. Ainda que teóricos geopolíticos das duas nações apregoassem a aproximação entre Brasil e Argentina, também enfatizavam um programa nuclear significativo como instrumento de defesa nacional e busca de hegemonia, acirrando rivalidades.

Apesar de não ser uma região central para a geopolítica mundial, o eixo Rio de Janeiro- Buenos Aires é considerado a área mais importante da América do Sul- chamado por Spykman de zona equidistante (KAPLAN, 2013). Esse conceito foi estabelecido tendo em consideração a população e os fluxos na região, bem como sua posição equidistante dos grandes centros de poder, ou seja, EUA e Europa. Um conflito nuclear entre Brasil e Argentina, portanto, seria prejudicial para todo o subcontinente.

Na década de 1970, o acirramento de rivalidade entre os dois países e suas capacidades atômicas preocupam a comunidade internacional. A política externa de Geisel, batizada de pragmatismo ecumênico e responsável, dedica poucos esforços a evitar conflitos com o país vizinho, que tem percepções que não se coadunam com o projeto brasileiro de inserção internacional. Na realidade, as tensões crescem, já que o chanceler brasileiro, Azeredo da Silveira, tinha uma posição pouco condescendente com o país vizinho, pois acreditava que a Argentina seria uma ameaça ao *status quo* regional (SPEKTOR, 2002).

O advento de Figueiredo e do chanceler Saraiva Guerreiro no Brasil e mudanças internas na Argentina tornaram o diálogo mais simples. Os governos dos dois países defendem o fim das desconfianças mútuas e tensões atômicas, em benefício de uma cooperação significativa na área nuclear. A disposição de cooperar no tema mais sensível em política externa significou uma virada de 180 graus na relação entre os dois países e um exemplo a ser replicado em outras regiões do globo.

Cooperação e integração: o desenvolvimento da fraternidade oficial

O movimento em direção à cooperação atômica foi relativamente inesperado, devido à rivalidade estrutural entre os dois países. Tal rivalidade, contudo, não foi superada apenas no âmbito governamental.

⁷Conceito geopolítico elaborado por Friedrich Ratzel que, em linhas gerais, vincula o desenvolvimento nacional ao território, expressando o determinismo geográfico.

⁸Doutrina elaborada nos Estados Unidos segundo a qual cabia àquele país o controle do território do Atlântico ao Pacífico, bem como um lugar especial no concerto das nações.

A aproximação de cientistas dos dois países no final da década de 1970 facilita a aproximação entre Brasil e Argentina na esfera nuclear (MALLEA,; SPEKTOR; WHEELER, 2015). O intercâmbio entre eles ocorreu de maneira informal, sem a participação do Estado. Foi concretizado por meio de trocas de documentos, debates acadêmicos e visitas às instalações nucleares (OLIVEIRA, 1998). O movimento ocorreu espontaneamente, por intermédio de convites informais entre cientistas sem haver, necessariamente, apoio de instituições oficiais. O entendimento do outro como parceiro e não como rival, pela comunidade acadêmica, foi de encontro ao desenvolvimento histórico da relação bilateral, desenvolveu-se no seio governamental e modificou permanentemente a política externa das duas nações do Cone Sul.

A percepção estatal de que a cooperação era a melhor forma de progresso nuclear ocorre na esteira da crise da dívida externa, que caracterizou a década de 1980. A crise irrompeu quando houve mais um aumento significativo do preço do petróleo, provocado pela redução de oferta tendo como causa imediata a Revolução Iraniana. Esse aumento prejudicou a economia dos Estados Unidos, que optaram por aumentar significativamente as taxas de juros, o que provocou valorização do dólar (TAVARES, 1985) e fuga de capitais das economias emergentes. Como a dívida externa estava fixada em dólar, a valorização causou aumento do passivo externo em moeda nacional. A situação fiscal das economias latino-americanas, destarte, foi muito afetada. Nesse contexto, não faria sentido manter elevados gastos causados pela corrida nuclear. A opção mais lógica era cooperar para reduzir os custos e as desconfianças. A cooperação reduziria também a pressão internacional nos dois governos, marcados pelas críticas internacionais e pela violação a direitos humanos, quando esses países tinham a necessidade de renegociar suas dívidas externas.

O marco inicial da cooperação nuclear entre Brasil e Argentina é o Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, assinado em 1980. Esse instrumento simboliza a disposição de ambos os governos de fiscalização mútua e comprometimento com o pacifismo de seus programas nucleares. O artigo VI apresenta interessante disposição, ao facilitar o intercâmbio de materiais nucleares entre os dois países. Segue o texto:

“As partes facilitarão o fornecimento recíproco, mediante transferência, empréstimo, arrendamento e venda, de materiais nucleares (sic), equipamentos e serviços necessários para a realização dos programas conjuntos e de seus programas nacionais de desenvolvimento no campo da utilização da energia atômica para fins pacíficos, ficando essas operações, em todos os casos, sujeitas às disposições legais vigentes na República Federativa do Brasil e na República Argentina.” (BRASIL, 1983)

Percebe-se que há um movimento em direção à integração, pois já são previstos programas conjuntos na área nuclear. Além disso, o acordo estimula a realização de visitas recíprocas a instalações nucleares na década de 1980 (SARAIVA, 2012). Dessa vez, as visitas teriam caráter oficial e realizar-se-iam de modo relativamente constante.

Em 1985, há o fim do regime militar brasileiro, com a posse de José Sarney na presidência. Esse câmbio político é fundamental para o estreitamento dos laços cooperativos, já que a Argentina também vivia um processo de redemocratização no governo de Alfonsín (1983-1989). O retorno brasileiro à

democracia é essencial para a intensificação do diálogo, dado que permite maior participação das sociedades nacionais e a emergência de desejo de cooperação. Ainda nesse ano, é firmada a Declaração Conjunta sobre Política Nuclear. Esta reitera o caráter pacífico dos programas atômicos brasileiro e argentino e cria um grupo de trabalho sob a supervisão dos dois ministérios de relações exteriores, incluindo representantes de empresas nucleares, com o fito de estimular as relações entre os dois países nessa seara e a promoção do desenvolvimento nuclear das duas nações (ABACC, online).

Desde o retorno de ambos os países ao regime democrático, houve o fim das tensões geopolíticas da década de 1970. Não se pode afirmar, contudo, que a cordialidade oficial seja suficiente para explicar o relacionamento bilateral desde a década de 1980. Propõe-se, portanto, um novo conceito: a fraternidade oficial. A relação deixa de ser cordial para ser verdadeiramente fraterna, o que não significa o fim das controvérsias, mas a resolução madura dos conflitos e a participação ativa dos povos brasileiro e argentino irmanados. A fraternidade oficial caracteriza-se por: 1. Integração econômica, social e cultural entre os dois países. 2. Responsabilidades compartilhadas na integração regional. 3. Diálogo constante entre as sociedades civis do Brasil e da Argentina. 4. Busca de posições concertadas em temas sensíveis da agenda internacional, como a cooperação nuclear. O conceito ainda é incipiente, sendo necessária uma sólida agenda de pesquisa mais aprofundada.

Em 1986, o processo integrador continua, com a Ata para Integração Brasileiro- Argentina, que cria o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE). Deve-se ressaltar, porém, que nem tudo é positivo. A descoberta de dois buracos profundos na Serra do Cachimbo gerou certa desconfiança no país vizinho de que o Brasil pudesse estar querendo realizar testes nucleares sem informá-lo. Impende salientar, contudo, que, em 1987, o Brasil consegue o domínio da tecnologia de enriquecimento de urânio e informa o governo argentino (CANDEAS, 2005), o que acalma as suspeitas. No âmbito do PICE, as negociações evoluem para o importante tratado de 1988.

O Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre o Brasil e a Argentina de 1988 estabelece o prazo de 10 anos para que houvesse integração efetiva entre os dois países. O objetivo último era a constituição de um espaço econômico comum, com harmonização de políticas públicas. O acordo possui evidentes consequências para o campo nuclear, que avança da cooperação em direção à harmonização e à integração.

Em 1990, o disposto no tratado de 1988 torna-se mais concreto com a assinatura da Declaração de Política Nuclear Comum, que prevê o estabelecimento de um Sistema Comum de Contabilidade e Controle (SCCC), com regras específicas a serem aplicadas a todas as atividades nucleares dos dois países. As inspeções mútuas são intensificadas.

Paralelamente a esse movimento, consolidando a fraternidade oficial, Brasil e Argentina, com Paraguai e Uruguai, assinam o Tratado de Assunção, que cria o Mercado Comum do Sul (Mercosul), em 1991. Caso não houvesse cooperação no âmbito nuclear, dificilmente haveria a fundação do bloco, porquanto as tensões geopolíticas nesse tema sensível minariam o esforço de realizar uma verdadeira integração regional, pautada no diálogo. O bloco econômico visa a uma integração progressiva entre os mercados nacionais e a

construir confiança entre os países do Cone Sul. A evolução do Mercosul permite a consolidação da dimensão social do bloco, com a realização de cúpulas sociais e do aumento da participação da sociedade civil. Essa participação visa a aumentar a legitimidade do bloco e também pode resultar em melhora na cooperação atômica, com a pluralidade de ideias no diálogo e na formulação das políticas nucleares. A institucionalização da integração tem impacto significativo na seara nuclear, pois permite a criação de mecanismos adequados para a resolução de controvérsias, como o Protocolo de Brasília, de 1991

No mesmo ano, o Tratado de Guadalajara consolida a integração e dispõe sobre a criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), uma instituição binacional responsável por fiscalizar os programas nucleares dos dois países por meio de salvaguardas próprias. A agência não tem equivalente no mundo e desperta interesse de outras nações, que buscam replicar o modelo.

Ainda em 1991, há a assinatura do Acordo Quadripartite (entre Brasil, Argentina, ABACC e AIEA), com o fito de serem aplicadas salvaguardas a todas as atividades nucleares dos dois países para que os materiais nucleares não sejam empregados em dispositivos atômicos explosivos (ABACC, online). Esse instrumento implica a disposição dos dois Estados em cooperar com o sistema global de não-proliferação e dirimir desconfiças da sociedade internacional.

O acordo entre a ABACC e o OPANAL, em 1993, simboliza a vontade dos dois países em inserirem-se plenamente no regime latino-americano de controle nuclear. Essa disposição foi consolidada por Brasil e Argentina no momento da ratificação do Tratado de Tlatelolco em 1994.

Prosseguindo com a abertura dos programas nucleares argentino e brasileiro às inspeções internacionais, a Argentina adere ao TNP em 1994 e o Brasil, em 1998. No final da década de 1990, portanto, ambas as nações abandonam definitivamente os projetos nucleares belicistas e buscam aprofundar a integração e a inserção internacional no campo atômico.

Estabelecidas as intenções pacíficas de ambos os projetos nucleares, os governos decidem ampliar a cooperação em energia nuclear. Cumpre ressaltar que o desenvolvimento da energia nuclear para fins pacíficos está previsto expressamente no artigo IV do TNP. Visando a diversificar suas matrizes energéticas e a elaborar projetos comuns no campo da energia nuclear, Brasil e Argentina criam em 2001, por meio de uma declaração conjunta (BRASIL, online), a Agência Argentino-Brasileira de Aplicações da Energia Nuclear (ABAEN).

O processo de integração avança paulatinamente e, em 2008, os presidentes Lula e Cristina Kirchner anunciam a construção conjunta de um reator de pesquisa multipropósito para a produção de urânio enriquecido (HERZ; LAGE, 2013). Até o momento, o reator não foi construído. Além disso, pela Declaração Conjunta dos Presidentes de Brasil e Argentina em 2008, cria-se a Comissão Binacional de Energia Nuclear (COBEN), com o intuito de promover a execução de iniciativas conjuntas no campo nuclear (BRICS Policy Center, online).

Em 2011, os dois Estados, a partir de suas respectivas comissões de energia nuclear, CNEN e CNEA, firmaram acordo para a construção de um reator em cada país por meio de projetos comuns (HERZ; LAGE, 2013).

O ex-chanceler José Serra anunciou, em seu discurso de posse, as diretrizes de política externa do novo governo, salientando que a parceria com a Argentina será um dos focos da orientação de inserção internacional do Brasil (BRASIL, online). Em maio de 2016, com a chanceler argentina, firmou Memorando de Entendimento para a criação do Mecanismo de Coordenação Política Brasil – Argentina. Esse mecanismo será o principal foro para a coordenação de posições entre os dois Estados, tendo por objetivos:

“o intercâmbio de opiniões sobre temas das agendas bilateral, regional e global, com vistas à coordenação de posições; e o acompanhamento dos projetos estratégicos de integração bilateral, em especial nas áreas de ciência, tecnologia e inovação; defesa; indústria aeronáutica; energia; e comércio, sem prejuízo de outras áreas que possam ser consideradas prioritárias pelos dois Governos.” (BRASIL, online)- grifo nosso.

Pode-se perceber que a integração do Brasil com a Argentina no campo nuclear continua sendo uma prioridade dos dois governos. O novo mecanismo, quando em funcionamento, permitirá um avanço ainda mais significativo na temática, pois a periodicidade semestral das reuniões entre os vice-chanceleres facilita a interlocução política em temas sensíveis, como o desenvolvimento da energia nuclear.

As perspectivas para a integração nuclear entre as duas nações, portanto, são animadoras, e a tendência é que os programas nucleares tornem-se cada vez mais próximos e sejam instrumento para o aprofundamento da aliança estratégica⁹ entre os dois países.

Considerações Finais

O relacionamento bilateral entre Brasil e Argentina caracteriza-se por movimentos de rivalidade e de aproximação até o final da década de 1970. As desconfianças recíprocas e a busca de hegemonia regional obstavam a formação de um jogo de soma positivo. O cálculo estratégico dos dois governos baseava-se, portanto, em métodos para superar o país vizinho e precaver-se contra eventuais aventuras militares. A cordialidade oficial brasileira apregoava a contenção argentina como forma de evitar o aumento das tensões e o surgimento de conflitos. Teorias geopolíticas argentinas eram desenvolvidas para evitar uma supremacia brasileira na América do Sul.

Esse panorama de desconfianças é alterado na década de 1980. Para tanto, o fim da crise sobre o aproveitamento hídrico da Bacia do Prata teve um papel relevante. A questão nuclear, contudo, também foi fundamental para a superação da rivalidade e busca de cooperação. A mudança de uma perspectiva de corrida nuclear para a integração dissipou os medos de um conflito bélico entre os vizinhos e tranquilizou a comunidade internacional quanto ao caráter pacífico dos programas nucleares das duas nações. Esse

⁹Modalidade especial de Parceria Estratégica, visando a singularizar o parceiro. Estabelecida em 1997.

panorama marca o início de uma nova fase do relacionamento bilateral, caracterizado pela fraternidade oficial, em que o objetivo não é a contenção da Argentina, mas uma atuação integrada dos dois países no subcontinente.

O modelo de integração nuclear, iniciado pela ABACC, é paradigmático para dirimir suspeitas mútuas no contexto regional entre países que possuem tecnologia nuclear. A ABACC deveria ter maior atuação no cenário global, de modo a fornecer recomendações para a busca de entendimento recíproco em situações nucleares conflituosas, como entre a Índia e o Paquistão.

Por fim, as perspectivas para o aprofundamento da integração atômica entre Brasil e Argentina são positivas. O processo de reversão do quadro formado a partir da década de 1980, portanto, é deveras improvável. Os dois Estados tendem a fortalecer a aliança estratégica, de modo a atuarem conjuntamente nas relações internacionais.

REFERÊNCIAS

- ABACC. **Acordo entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) para a aplicação de salvaguardas.** Disponível em: <http://www.abacc.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Acordo-Quadripartite-português.pdf> Acesso em 2 de junho de 2016.
- ABACC. **Declaração Conjunta Sobre Política Nuclear.** Disponível em: <http://www.abacc.org.br/?p=538> Acesso em 2 de junho de 2016.
- A.B. Jorge. **Millones de dólares del gobierno de Perón, invertidos en pseudociencia.** Disponível em: <http://circuloesceptico.com.ar/2011/06/millones-de-dolares-del-gobierno-de-juan-domingo-peron-invertidos-en-pseudociencia> Acesso em 31 de maio de 2016.
- ALSINA JÚNIOR, João Paulo Soares. **Rio-Branco: grande estratégia e poder naval.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em 1 de junho de 2016.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Decreto 88.946, de 07 de novembro de 1983.** Disponível em: <http://www.abacc.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Acordo-de-Cooperacao-entre-Brasil-e-Argentina-para-Usos-Pac%C3%ADficos-da-Energia-Nuclear.pdf> Acesso em 1 de junho de 2016.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Decreto 1.246, de 16 de setembro de 1994.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D1246.htm Acesso em 31 de maio de 2016.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Decreto 2864, de 7 de dezembro de 1998.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2864.htm Acesso em 30 de maio de 2016.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa.** Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/end.pdf> Acesso em 1 de junho de 2016.

- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Conclusão da IX Conferência de Exame do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP)** Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/9819-conclusao-da-ix-conferencia-de-exame-do-tratado-de-nao-proliferacao-nuclear-tnp> Acesso em 8 de maio de 2017.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Declaração Conjunta Concernente à Criação da Agência Argentino-Brasileira de Aplicações da Energia Nuclear (ABAEN)**. Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2001/b_51/ Acesso em 2 de junho de 2016.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Discursodoministro José Serraporocasiãodacerimôniadetranmissãodocargodeminstrodeestadodasrelaçõesexteriores**. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exterores-discursos/14038-discurso-do-ministro-jose-serra-por-ocasio-da-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exterores-brasilia-18-de-maio-de-2016> Acesso em 2 de junho de 2016.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Memorando de Entendimento para a criação do Mecanismo de Coordenação Política Brasil – Argentina**. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14058-memorando-de-entendimento-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-argentina-para-a-criacao-do-mecanismo-de-coordenacao-politica-brasil-argentina> Acesso em 2 de junho de 2016.
- BRICS Policy Center. **Acordos Bilaterais de Cooperação Nuclear do Brasil com a América Latina**. Disponível em: <http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/7058/doc/1253750038.pdf> Acesso em 2 de junho de 2016.
- BRICS Policy Center. **Histórico da Política Nuclear Brasileira**. Disponível em: <http://bricspolicycenter.org/homolog/Seminarios/Interna/35> Acesso em 1 de junho de 2016.
- CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **A obrigação universal de desarmamento nuclear**. Brasília: FUNAG, 2017.
- CANDEAS, Alessandro Warley. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília: Volume 48, n. 1, 2005, ISSN 1983-3121, p.178-213.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora UnB, 4. ed. 2012.
- CNEN. **Quem somos**. Disponível em: <http://www.cnen.gov.br/quem-somos> Acesso em 1 de junho de 2016.
- COSTA, Célia Maria Leite. **Acordo Nuclear Brasil-Alemanha (1975)**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AcordoNuclear> Acesso em 1 de junho de 2016.
- DIAZ, Carla Maria da Silva; BRAGA, Paula Lou’Ane Matos. Rivalidade entre Brasil e Argentina: construção de uma cooperação pacífico-nuclear. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, vol. 40, 2006, ISSN 2178-4582, p. 491-508.
- DIMENSTEIN, Gilberto. **Militares queriam ‘explosivos nucleares’**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/5/14/brasil/24.html> Acesso em 1 de junho de 2016.
- DUARTE, Sergio de Queiroz. **Desarmamento e temas correlatos**. Brasília: FUNAG, 2014.
- HERZ, Monica; LAGE, Victor Coutinho. **A atual política Nuclear Brasileira**. Brics Policy Center, Rio de Janeiro, 2013.
- IAEA. **Member states**. Disponível em: <https://www.iaea.org/about/memberstates> Acesso em 31 de maio de 2016.

- JOHNSON, Rebecca. Rethinking the NPT's role in security: 2010 and beyond. **International Affairs**: Online, Volume 86, n. 2, 2010, ISSN 1468-2346, p.429-445.
- KAPLAN, Robert D. **The revenge of geography: what the map tell us about coming conflicts and the battle against fate**. Random House: New York, 2013.
- LEDESMA, Luciana Soledad. **La posición histórica de Argentina frente al Tratado de no Proliferación de Armas Nucleares TNP y su cambio en los 90**. Tese de Mestrado. FLACSO. Sede Académica Argentina Universidad de San Andrés em cooperação com a Universidad de Barcelona, Buenos Aires, 2007.
- MALLEA, Rodrigo; SPEKTOR, Matias; WHEELER, Nicholas J. **Origens da cooperação nuclear: uma história oral crítica entre Argentina e Brasil**. Woodrow Wilson Center for Scholars e FGV: Rio de Janeiro, 2015.
- MARTINS FILHO, João Roberto. O Projeto do Submarino Nuclear Brasileiro. **Contexto Internacional**, Online: volume 33, n.2, p. 277-314, 2011. p. 277. Disponível em: <http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/02%20Joao%20Roberto%20Martins%20-%20Vol%2033%20n%202.pdf> Acesso em 1 de junho de 2016.
- MENDOZA, Diego Hurtado de. De "átomos para la paz" a los reactores de potencia. Tecnología y política nuclear en la Argentina (1955-1976). **Revista CTS**, Online: volume 2, n.4, 2005, p. 41-66.
- OLIVEIRA, Odete Maria de. A integração bilateral Brasil- Argentina: tecnologia nuclear e Mercosul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília: Volume 41, n. 1, 1998, ISSN 1983-3121, p.5-23.
- OPANAL. **Quiénes somos**. Disponível em: <http://www.opanal.org/quienes-somos/> Acesso em 31 de maio de 2016.
- RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. **A Política Nuclear Brasileira e as Relações Internacionais (1946-57)**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011, p.3. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308169258_ARQUIVO_APoliticaNuclearBrasileiraasRelacoesInternacionais\(1946-57\).pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308169258_ARQUIVO_APoliticaNuclearBrasileiraasRelacoesInternacionais(1946-57).pdf) Acesso em 1 de junho de 2016.
- ROBLES, Alfonso García. **La proscripción de las armas nucleares en la América Latina**. Disponível em: <http://www.opanal.org/la-proscripcion-de-las-armas-nucleares-en-la-america-latina/> Acesso em 31 de maio de 2016.
- SARAIVA, J.F.S. (org.) **História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do Século XIX à era da globalização**. São Paulo: Saraiva, 2008.
- SARAIVA, Miriam Gomes. **Encontros e desencontros: o lugar da Argentina na política externa brasileira**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- SARAIVA, Miriam Gomes. **Encontros e desencontros: perspectivas de uma parceria estratégica**. In: LESSA, Antônio Carlos(org.); OLIVEIRA, Henrique Altemani de. (org.). **Parcerias estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.
- SOLDADOS DIGITAL. **Un expoente de la geopolítica argentina**. Disponível em: http://www.soldadosdigital.com/2008/147-agosto/nota_historias.htm Acesso em 1 de junho de 2016.
- SPEKTOR, Matias. O Brasil e a Argentina entre a cordialidade oficial e o projeto de integração: a política externa do governo de Ernesto Geisel (1974-1979). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília: Volume 45, n. 1, 2002, ISSN 1983-3121, p. 117-145.
- TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana. **Revista de Economia Política**, v. 5, n. 2, p. 5-15, 1985.

*Recebido em 10 de janeiro de 2017.
Aprovado em 13 de maio de 2017.*

RESUMO

Este artigo visa a analisar o impacto da questão nuclear para a mudança de paradigma no relacionamento entre Brasil e Argentina, com foco no período de transição para a democracia nos dois países. Para tanto, foram utilizados dados de documentos oficiais e revisão da produção bibliográfica. A análise centra-se no regime de não proliferação e nas políticas nucleares dos dois países. Há enfoque analítico na transição da rivalidade para a cooperação nuclear, com a proposição de um novo conceito a orientar o relacionamento bilateral. Conclui-se que a cooperação nuclear foi decisiva para o processo de integração.

Palavras-chave: Brasil; Argentina; Nuclear.

ABSTRACT

This article aims at analyzing the impact of the nuclear issue in the paradigmatic shift in the relationship between Brazil and Argentina, focusing on the transition period towards democracy in both countries. To accomplish this, data from official documents and a review of existing scholar production were used. The analysis focuses on the non proliferation regime and in the nuclear policies of both countries. There is analytical focus on the transition from rivalry to nuclear cooperation, including the proposition of a new concept to guide the bilateral relationship. The conclusion is that nuclear cooperation was paramount to the integration process.

Key-words: Brazil; Argentina; Nuclear.